

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2020
Documentos:	(x) Relatório da Administração (x) Balanço Patrimonial (x) Demonstração do Resultado Abrangente - DRA (x) Demonstração do Resultado (DSP) (x) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (x) Demonstração dos Fluxos de Caixa (x) Notas Explicativas () _____
Data publicação:	01/04/2021
Sítio eletrônico publicação:	sicoob.com.br/web/sicoobamazonia/relatorios

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA
CNPJ: 05.203.605/0001-01

MARIA APARECIDA BUENO BEVILÁQUA
CPF. 326.810.032-53
Diretora Adm./Financeiro

JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA
Contador CRC/RO 2897/O-5

sicoobnorte.com.br
Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças
76804-175 - Porto Velho - RO
T 69 2181-1007

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA**Relatório da Administração**

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as; as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2020 da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o **SICOOB AMAZÔNIA** completou 19 (dezenove) anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o **SICOOB AMAZÔNIA** obteve um resultado de R\$ 23.635.645,04 (Vinte e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos), antes das destinações estatutárias e dos juros ao capital, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 17,12%.

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.793.158,42 (Dois milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Após as deduções legais do FATES e do Fundo de Reserva, o resultado das sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral indica o valor de R\$ 13.547.616,30 (Treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta centavos) que representa um retorno de 9,82% sobre o Patrimônio Líquido.

Demonstração das destinações realizadas:

Resultado antes das destinações	23.635.645,04
(-) Juros ao capital pagos aos associados	(2.793.158,42)
Resultado Após os Juros ao Capital – Antes das Destinações Legais	20.842.486,62
(-) FATES - Fundo de Assistência Téc. Educ. e Social	(1.042.124,33)
(-) Fundo de Reserva	(6.252.745,99)
Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral	13.547.616,30

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 132.205.825,07 (Cento e trinta e dois milhões, duzentos e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sete centavos). Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ R\$ 473.797.606,56 (Quatrocentos e setenta e três milhões, setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 311.801.872,31	65,81%
Carteira Rural	R\$ 161.995.734,25	34,19%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020, o percentual de 10,92% da carteira, no montante de R\$ 51.746.084,44 (Cinquenta e um milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 341.887.575,82 (Trezentos e quarenta e um milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 76,08%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Descrição	R\$	%
Depósito a Vista	251.034.974,40	73,43%
Depósito a Prazo	82.317.119,06	24,08%
LCA Pós Fixada	8.535.482,36	2,50%
Total	341.887.575,82	100,00%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 13,15% da captação, no montante de R\$ 44.948.328,61 (Quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da **SICOOB AMAZÔNIA** era de R\$ 131.496.698,92 (Cento e trinta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos). O quadro de associados era composto por 27.506 cooperados, havendo um acréscimo de 26,64% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A **SICOOB AMAZÔNIA** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pela SICOOB NORTE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2023. O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pela SICOOB NORTE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da **SICOOB AMAZÔNIA** aderiram, em 2004, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da **SICOOB AMAZONIA** registrou 74 (setenta e quatro) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 74 reclamações, 51 (cinquenta e uma) foram consideradas improcedentes e 23 (vinte e três) consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop),



ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Buritis/RO, 05 de março de 2021

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA

ELIAS ALVES PEREIRA

Presidente do Cons. de Administração
CPF. 422.143.862-20

MARIA APARECIDA BUENO BEVILAQUA

Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

sicoobnorte.com.br

Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças

76804-175 - Porto Velho - RO

T 69 2181-1007



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZONIA

BALANÇO PATRIMONIAL

		Em Reais	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		644.751.139,85	458.222.971,16
Circulante		419.060.820,36	328.584.876,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 4	142.657.867,06	91.218.121,69
Disponibilidades		10.452.041,99	9.088.452,20
Centralização Financeira - Cooperativas		132.205.825,07	82.129.669,49
Operações de Crédito	Nota 5	262.503.744,05	220.127.582,22
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		195.896.638,88	149.281.801,67
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.227.456,87)	(13.882.498,75)
Financiamentos		5.685.940,18	4.142.010,17
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(335.633,14)	(252.589,25)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		74.598.327,89	83.272.931,20
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.114.072,89)	(2.434.072,82)
Outros Créditos	Nota 6	4.850.792,14	5.993.988,36
Créditos por Avais e Fianças Honradas		1.000.717,76	1.640.266,08
Rendas a Receber		910.332,78	924.288,01
Diversos		2.676.174,54	4.157.886,09
Devedores por Depósitos em Garantia		19.572,31	10.913,16
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		1.077.669,06	477.404,01
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(833.674,31)	(1.216.768,99)
Outros Valores e Bens	Nota 7	9.048.417,11	11.245.184,04
Outros Valores e Bens		8.689.359,41	10.913.854,56
Despesas Antecipadas		359.057,70	331.329,48
Não Circulante		225.690.319,49	129.638.094,85
Realizável a Longo Prazo		188.549.679,50	102.468.286,56
Operações de Crédito	Nota 5	188.529.779,50	102.468.286,56
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		101.924.169,45	45.269.288,06
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(8.078.377,28)	(6.377.651,97)
Financiamentos		8.295.123,80	3.372.400,86
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(120.076,61)	(152.228,13)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		87.397.406,36	61.379.765,25
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(888.466,22)	(1.023.287,51)
Outros Créditos	Nota 6	19.900,00	0,00
Diversos		20.000,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia		0,00	0,00
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(100,00)	0,00
Permanente		37.140.639,99	27.169.808,29
Investimentos	Nota 8	17.501.959,30	8.002.660,30
Participação em Cooperativa Central de Crédito		17.500.101,00	8.000.802,00
Outros investimentos		1.858,30	1.858,30
Imobilizado de Uso	Nota 9	19.513.113,29	19.046.550,43
Imobilizado de Uso		27.620.821,16	24.977.363,14
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(8.107.707,87)	(5.930.812,71)
Intangível		125.567,40	120.597,56
Ativos Intangíveis		398.586,10	367.727,50
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(273.018,70)	(247.129,94)
Total do Ativo		644.751.139,85	458.222.971,16



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZONIA

BALANÇO PATRIMONIAL

	Em Reais	
	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	506.729.334,77	340.740.908,29
Circulante	424.129.651,35	281.296.534,19
Depósitos	Nota 10 333.352.093,46	184.067.047,48
Depósitos à Vista	251.034.974,40	114.004.472,58
Depósitos à Prazo	82.317.119,06	70.062.574,90
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	Nota 11 8.535.482,36	9.379.841,81
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	8.535.482,36	9.379.841,81
Relações Interfinanceiras	70.024.665,96	71.400.432,23
Repasse Interfinanceiros	Nota 12 69.991.896,70	71.400.432,23
Relações com Correspondentes	32.769,26	0,00
Relações Interdependências	Nota 13 3.503,12	2.081,76
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.503,12	2.081,76
Outras Obrigações	Nota 14 12.213.906,45	16.447.130,91
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 14.1 42.062,64	150.908,52
Sociais e Estatutárias	Nota 14.2 2.022.378,73	965.164,64
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 14.3 950.772,55	965.904,51
Diversas	Nota 14.4 9.198.692,53	14.365.153,24
Não Circulante	82.599.683,42	59.444.374,10
Relações Interfinanceiras	Nota 12 82.474.928,75	59.182.110,60
Repasse Interfinanceiros	82.474.928,75	59.182.110,60
Outras Obrigações	Nota 14 124.754,67	262.263,50
Diversas	Nota 14.4 22.768,84	159.315,36
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	Nota 14.5 101.985,83	102.948,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 16 138.021.805,08	117.482.062,87
Capital Social	Nota 16.a 103.309.884,55	102.570.504,63
De Domiciliados No País	107.315.454,77	107.984.014,28
(-) Capital A Realizar	(4.005.570,22)	(5.413.509,65)
Reserva de Sobras	Nota 16.b 21.164.304,23	14.267.953,10
Sobras ou Perdas Acumuladas	Nota 16.d 13.547.616,30	643.605,14
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	644.751.139,85	458.222.971,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA SICOOB AMAZÔNIA					
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS					
Em Reais					
Descrição		2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		38.053.345,48	72.426.740,70	35.113.987,38	65.627.741,28
Operações de Crédito	Nota 19	36.725.674,86	69.518.987,17	32.343.154,76	60.984.590,82
Resultado das Aplicações Compulsórias		0,00	0,00	662.542,04	662.542,04
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	Nota 4.a	1.327.670,62	2.907.753,53	2.108.290,58	3.980.608,42
Dispêndio da Intermediação Financeira	Nota 20	(10.617.079,73)	(26.307.078,03)	(15.833.929,50)	(32.484.201,53)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10.b	(1.095.478,51)	(2.694.675,73)	(2.426.704,44)	(4.828.707,73)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12.a	(4.301.951,27)	(8.843.818,10)	(3.862.618,45)	(7.295.990,55)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(5.219.649,95)	(14.768.584,20)	(9.544.606,61)	(20.359.503,25)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		27.436.265,75	46.119.662,67	19.280.057,88	33.143.539,75
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(8.890.776,64)	(18.768.804,90)	(13.445.191,31)	(24.400.158,76)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	Nota 21	9.113.960,83	14.864.248,97	5.608.848,56	9.317.168,32
Rendas (Ingressos) de Tarifas	Nota 22	2.851.595,79	5.494.039,94	2.650.706,60	4.865.644,96
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	Nota 23	(11.302.391,49)	(22.057.560,00)	(11.057.765,65)	(20.176.309,16)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	Nota 24	(10.589.785,86)	(20.993.651,81)	(10.470.115,23)	(19.321.250,45)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	Nota 25	(985.872,13)	(1.672.740,20)	(788.977,31)	(1.332.236,94)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	Nota 26	3.295.908,59	7.116.743,41	2.498.324,00	4.945.599,54
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	Nota 27	(1.318.316,84)	(2.174.342,10)	(1.384.069,56)	(2.101.460,62)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		0,00	(1.733,97)	0,00	0,00
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	Nota 28	(7.000,00)	(106.386,45)	0,00	(1.200,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	Nota 28	51.124,47	762.577,31	(502.142,72)	(596.114,41)
Resultado Operacional		18.545.489,11	27.350.857,77	5.834.866,57	8.743.380,99
Outras Receitas e Despesas	Nota 29	(3.053.858,10)	(3.497.416,20)	(612.233,11)	(588.912,56)
Outras Receitas		69.592,47	320.690,59	54.567,52	117.053,16
Outras Despesas		(46.112,01)	(635.834,90)	(223.511,81)	(262.676,90)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(3.077.338,56)	(3.182.271,89)	(443.288,82)	(443.288,82)
Resultado Antes da Tributação e Participações		15.491.631,01	23.853.441,57	5.222.633,46	8.154.468,43
Imposto de Rendas		(127.122,83)	(127.122,83)	50.806,67	(184.773,87)
Contribuição Social		(90.673,70)	(90.673,70)	34.084,00	(116.864,32)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		15.273.834,48	23.635.645,04	5.307.524,13	7.852.830,24
Destinações Legais e Estatutárias		0,00	(7.294.870,32)	0,00	(346.556,62)
FATES	Nota 16.d	0,00	(1.042.124,33)	0,00	(49.508,09)
Reserva Legal	Nota 16.d	0,00	(6.252.745,99)	0,00	(297.048,53)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		15.273.834,48	16.340.774,72	5.307.524,13	7.506.273,62
Juros ao Capital	Nota 18	(1.012.916,10)	(2.793.158,42)	(5.690.816,98)	(5.690.816,98)
Sobras/Perdas Líquidas		14.260.918,38	13.547.616,30	(383.292,85)	1.815.456,64

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA SICOOB AMAZÔNIA				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA				
DESCRIÇÃO	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	15.273.834,48	23.635.645,04	5.307.524,13	7.852.830,24
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do resultado abrangente	15.273.834,48	23.635.645,04	5.307.524,13	7.852.830,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA SICOOB AMAZÔNIA					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Em Reais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2018	85.674.749,74	(2.631.196,44)	13.747.998,23	5.302.298,43	102.093.849,96
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado	0,00	0,00	0,00	(5.302.298,43)	(5.302.298,43)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	9.167.782,03	(2.782.313,21)	0,00	0,00	6.385.468,82
Por Devolução (-)	(9.052.717,93)	0,00	0,00	0,00	(9.052.717,93)
Estorno de Capital	(20.250,00)	0,00	0,00	0,00	(20.250,00)
Sobras ou Perdas Brutas	0,00	0,00	0,00	7.852.830,24	7.852.830,24
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	Nota 18	0,00	0,00	(5.690.816,98)	(5.690.816,98)
Juros ao Capital		5.572.913,29	0,00	0,00	5.572.913,29
IRRF sobre Juros ao Capital		(152.566,90)	0,00	0,00	(152.566,90)
Movimentações por incorporações		16.794.104,05	0,00	222.906,34	(1.171.851,50)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	Nota 16.d	0,00	0,00	297.048,53	(297.048,53)
F A T E S	Nota 16.d	0,00	0,00	(49.508,09)	(49.508,09)
Saldo em 31/12/2019	Nota 16	107.984.014,28	(5.413.509,65)	14.267.953,10	643.605,14
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas		0,00	0,00	643.605,14	(643.605,14)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		4.227.420,06	1.407.939,43	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(7.630.643,55)	0,00	0,00	0,00
Estorno de Capital		(500,00)	0,00	0,00	0,00
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	23.635.645,04
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	Nota 18	0,00	0,00	0,00	(2.793.158,42)
Juros ao Capital		2.762.254,55	0,00	0,00	0,00
IRRF sobre Juros ao Capital		(27.090,57)	0,00	0,00	0,00
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	Nota 16.d	0,00	0,00	6.252.745,99	(6.252.745,99)
F A T E S	Nota 16.d	0,00	0,00	0,00	(1.042.124,33)
Saldo em 31/12/2020	Nota 16	107.315.454,77	(4.005.570,22)	21.164.304,23	13.547.616,30
Saldo em 30/06/2019		103.160.082,94	(4.905.186,00)	13.970.904,57	1.373.454,61
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		3.989.185,07	(508.323,65)	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(4.565.350,12)	0,00	0,00	0,00
Estorno de Capital		(20.250,00)	0,00	0,00	0,00
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	5.307.524,13
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	Nota 18	0,00	0,00	0,00	(5.690.816,98)
Juros ao Capital	Nota 18	5.572.913,29	0,00	0,00	0,00
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados		(152.566,90)	0,00	0,00	0,00
Fundo de Reserva	Nota 16.d	0,00	0,00	297.048,53	(297.048,53)
F A T E S	Nota 16.d	0,00	0,00	0,00	(49.508,09)
Saldo em 31/12/2019	Nota 16	107.984.014,28	(5.413.509,65)	14.267.953,10	643.605,14
Saldo em 30/06/2020		106.558.846,76	(4.771.325,18)	14.911.558,24	6.581.568,24
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		2.243.972,39	765.754,96	0,00	0,00
Por Devolução (-)		(4.222.528,36)	0,00	0,00	0,00
Sobras ou Perdas Brutas		0,00	0,00	0,00	15.273.834,48
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	(1.012.916,10)
Juros ao Capital		2.762.254,55	0,00	0,00	0,00
IRRF sobre Juros ao Capital		(27.090,57)	0,00	0,00	0,00
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	Nota 16.d	0,00	0,00	6.252.745,99	(6.252.745,99)
F A T E S	Nota 16.d	0,00	0,00	0,00	(1.042.124,33)
Saldo em 31/12/2020	Nota 16	107.315.454,77	(4.005.570,22)	21.164.304,23	13.547.616,30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA SICOOB AMAZÔNIA				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Em Reais				
Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	15.273.834,48	23.635.645,04	5.307.524,13	7.852.830,24
Distribuição de Sobras e Dividendos	(135.948,51)	(1.217.908,51)	0,00	0,00
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	5.219.649,95	14.768.584,20	9.544.606,61	20.359.503,25
Provisão de Juros ao Capital	(1.012.916,10)	(2.793.158,42)	(5.690.816,98)	(5.690.816,98)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	(51.124,47)	(762.577,31)	502.142,72	596.114,41
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	3.077.338,56	3.182.271,89	443.288,82	443.288,82
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes	7.000,00	106.386,45	0,00	1.200,00
Depreciações e Amortizações	1.179.339,63	2.242.363,07	865.093,57	1.577.245,22
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	23.557.173,54	39.161.606,41	10.971.838,87	25.139.364,96
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Relações Interfinanceiras	56.544,31	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	(95.761.847,75)	(143.206.238,97)	(37.510.503,02)	(77.260.185,66)
Outros Créditos	(425.740,54)	1.123.296,22	1.018.021,22	(3.105.221,57)
Outros Valores e Bens	(298.317,08)	(985.504,96)	(8.122.232,47)	(8.920.783,12)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	53.751.789,36	137.030.501,82	11.945.255,60	30.171.608,35
Depósitos à Prazo	10.732.901,46	12.254.544,16	2.813.706,68	17.174.867,91
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	355.139,52	(844.359,45)	1.111.990,81	3.800.138,55
Relações Interdependências	1.849,22	1.421,36	(421,79)	1.832,84
Relações Interfinanceiras	7.907.214,09	21.917.051,88	25.628.317,42	32.703.725,04
Outras Obrigações	1.698.024,95	(3.496.745,90)	8.509.239,87	9.957.828,86
FATES Sobras Exercício	(1.042.124,33)	(1.042.124,33)	(49.508,09)	(49.508,09)
Imposto de Renda	(127.122,83)	(127.122,83)	50.806,67	(184.773,87)
Contribuição Social	(90.673,70)	(90.673,70)	34.084,00	(116.864,32)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	314.810,22	61.695.651,71	16.400.595,77	29.312.029,88
Atividades de Investimentos				
Distribuição Sobras da Central	135.948,51	1.217.908,51	0,00	0,00
Aquisição de Intangível	181.552,87	(29.692,63)	(14.969,98)	(60.877,75)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(797.638,81)	(2.684.203,14)	(2.125.963,28)	(11.584.761,08)
Aquisição de investimentos	(5.050.824,00)	(9.499.299,00)	0,00	(1.375.958,30)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(5.530.961,43)	(10.995.286,26)	(2.140.933,26)	(13.021.597,13)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	3.009.727,35	5.635.359,49	3.480.861,42	6.385.468,82
Devolução de Capital à Cooperados	(4.222.528,36)	(7.630.643,55)	(4.565.350,12)	(9.052.717,93)
Estorno/Cancelamento de Capital	0,00	(500,00)	(20.250,00)	(20.250,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	0,00	0,00	0,00	(5.302.298,43)
Juros ao Capital pago	2.762.254,55	2.762.254,55	5.572.913,29	5.572.913,29
IRRF sobre Juros ao Capital	(27.090,57)	(27.090,57)	(152.566,90)	(152.566,90)
Aumento no Capital por Incorporações	0,00	0,00	0,00	16.794.104,05
Aumento nas Reservas por Incorporações	0,00	0,00	0,00	222.906,34
Sobras/Perdas por incorporações	0,00	0,00	0,00	(1.171.851,50)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.522.362,97	739.379,92	4.315.607,69	13.275.707,74
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
	(3.693.788,24)	51.439.745,37	18.575.270,20	29.566.140,49
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	Nota 4 146.351.655,30	91.218.121,69	72.642.851,49	61.651.981,20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	Nota 4 142.657.867,06	142.657.867,06	91.218.121,69	91.218.121,69
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.693.788,24)	51.439.745,37	18.575.270,20	29.566.140,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

sicoobnorte.com.br
Av. Nações Unidas - 555, Nossa Sra. das Graças
76804-175 - Porto Velho - RO
T 69 2181-1007



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 26/09/2001, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do **SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB AMAZONIA** sediada à Av. Ayton Senna nº 1109 – Setor 01 Q 001 – Lote 06, em Buritis – RO, possui 22 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

PA	ENDEREÇO	CIDADE	UF
00	Av. Ayton Senna, 1109 – Setor 01 – Q. 001 – Lote 06	Buritis	RO
2	Rua Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 2387 - Setor 01,	Cidade de Monte Negro	RO
3	Rua Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 3390 - Setor 04	Alto Paraíso	RO
5	Rua Tancredo Neves, 2117 A - Setor 01,	Campo Novo de Rondônia	RO
6	Rua Cacau, 1527 - Setor 01,	Cacaulândia	RO
7	Rua Cujubim, 2510 - Setor 02,	Cujubim	RO
8	Rua Tancredo Neves, 1969 - Setor 01,	Ariquemes	RO
9	Rua Emelindo Milani, 1117 - Setor 01,	Rio Crespo	RO
10	Rua Tancredo Neves, 1072 - Setor 01 - Distrito de Rio Branco	Campo Novo de Rondônia	RO
11	Rua Capitão Silva, 3790, Setor Grandes Áreas,	Ariquemes	RO
12	Rua Franco de Sá, 430 - Bairro São Francisco,	Manaus	AM
13	Avenida Mario Ypiranga, 687 - Bairro Adrianópolis,	Manaus	AM
14	Av. Tancredo Neves, 1969 setor 1	Ariquemes	RO
15	Rua João Goulart, 1500 – N. Sra. das Graças.	Porto Velho	RO
16	Av. 15 de Novembro, 566 - Centro	Guajará Mirim	RO
17	Av. Alexandre Guimarães, 7518 -B. Tancredo Neves	Porto Velho	RO
18	Av. Jatuarana, 5158 – Bairro Cohab	Porto Velho	RO
19	Av. Governador Conrado Niemayer nº 85 - Centro	Rio Preto da Eva	AM
20	Rua Quintino Bocaiuva nº 2292 - Centro	Itacoatiara	AM
21	PÇ. 16 DE Julho nº 68 - Centro	Manacapuru	AM
22	Av. Senador Hélio Campos nº 3030 – Centro	Rorainópolis	RR
23	Rua Marques de Santa Cruz nº 25 - Centro	Manaus	AM

O **SICOOB AMAZONIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em 2019, a **SICOOB AMAZONIA**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da **COOPERATIVA DE CRÉDITO CAPITAL FORTE - SICOOB CREDIFORTE**, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada no dia 01 de março de 2019 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº **Z9988175**.

Com o processo dessa incorporação, a **SICOOB AMAZÔNIA** na condição de incorporadora absorveu em seu resultado de 2019 uma perda de R\$ 1.171.851,50 (Um milhão, cento e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), sendo esta importância demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA** vem tomando todas medidas necessárias mediante implantação de plano para contenção/prevenção junto a seus associados, colaboradores e a comunidade no sentido de evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos governamentais, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	10.452.041,99	9.088.452,20
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	132.205.825,07	82.129.669,49
TOTAL	142.657.867,06	91.218.121,69

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NORTE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 2.907.753,53 (Dois milhões, novecentos e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos) e R\$ 3.980.608,42 (Três milhões, novecentos e oitenta mil, seiscentos e oito reais e quarenta e dois centavos), com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	709.076,01	0,00	709.076,01	1.163.704,97
Cheques especiais e Conta Garantida	4.847.922,92	0,00	4.847.922,92	9.060.717,82
Empréstimos e Títulos Descontados	190.339.639,95	101.924.169,45	292.263.809,40	184.326.666,94
Financiamentos	5.685.940,18	8.295.123,80	13.981.063,98	7.514.411,03
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74.598.327,89	87.397.406,36	161.995.734,25	144.652.696,45
Total de Operações de Crédito	276.180.906,95	197.616.699,61	473.797.606,56	346.718.197,21
(-) Provisões para Operações de Crédito	(13.677.162,90)	(9.086.920,11)	(22.764.083,01)	(24.122.328,43)
Total	262.503.744,05	188.529.779,50	451.033.523,55	322.595.868,78

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Cheque Especiais e Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	21.677.020,42	321,57	97.841,67	6.553.116,76	28.328.300,42	0,00	14.169.366,16	0,00
A	0,50%	Normal	121.488.535,00	937.709,71	4.026.197,90	77.293.261,01	203.745.703,62	(1.018.728,52)	127.095.523,86	(635.477,62)
B	1%	Normal	86.532.227,14	760.106,21	5.995.143,50	65.318.071,03	158.605.547,88	(1.586.055,48)	110.569.368,76	(1.105.693,69)
B	1%	Vencidas	1.548.804,41	437.503,96	198.495,85	0,00	2.184.804,22	(21.848,04)	1.312.385,10	(13.123,85)
C	3%	Normal	32.788.556,71	1.828.837,97	3.217.843,38	10.151.039,63	47.986.277,69	(1.439.588,33)	50.813.555,55	(1.524.406,67)
C	3%	Vencidas	1.713.313,88	90.979,96	0,00	99.694,93	1.903.988,77	(57.119,66)	2.924.049,32	(87.721,48)
D	10%	Normal	4.785.269,80	396.387,96	85.507,39	1.146.765,69	6.413.930,84	(641.393,08)	10.384.336,38	(1.038.433,64)
D	10%	Vencidas	1.001.609,37	147.926,23	37.125,09	45.569,45	1.232.230,14	(123.223,01)	3.275.662,39	(327.566,24)
E	30%	Normal	3.152.216,18	163.440,81	41.138,20	961.558,70	4.318.353,89	(1.295.506,17)	3.948.195,33	(1.184.458,60)
E	30%	Vencidas	943.021,29	130.380,42	20.655,48	0,00	1.094.057,19	(328.217,16)	2.050.922,00	(615.276,60)
F	50%	Normal	1.568.970,71	100.838,43	29.619,77	215.832,62	1.915.261,53	(957.630,76)	2.284.534,05	(1.142.267,03)
F	50%	Vencidas	807.696,31	60.228,53	0,00	116.890,42	984.815,26	(492.407,63)	1.357.835,74	(678.917,87)
G	70%	Normal	541.820,70	12.813,17	0,00	42.088,77	596.722,64	(417.705,85)	945.940,37	(662.158,26)
G	70%	Vencidas	235.678,02	107.502,57	0,00	0,00	343.180,59	(240.227,44)	1.598.990,33	(1.119.295,01)
H	100%	Normal	6.737.311,77	35.566,61	14.432,13	2.890,42	6.790.200,93	(6.790.200,93)	2.431.152,73	(2.431.152,73)
H	100%	Vencidas	6.741.757,69	346.454,82	217.063,62	48.954,82	7.354.230,95	(7.354.230,95)	11.556.379,14	(11.556.379,14)
Total Normal			279.271.928,43	4.236.022,44	13.507.723,94	161.684.624,63	458.700.299,44	(14.146.809,12)	322.641.973,19	(9.724.048,24)
Total Vencidos			12.991.880,97	1.320.976,49	473.340,04	311.109,62	15.097.307,12	(8.617.273,89)	24.076.224,02	(14.398.280,19)
Total Geral			292.263.809,40	5.556.998,93	13.981.063,98	161.995.734,25	473.797.606,56	(22.764.083,01)	346.718.197,21	(24.122.328,43)
Provisões			(19.542.221,07)	(763.613,08)	(455.709,75)	(2.002.539,11)	(22.764.083,01)		(24.122.328,43)	
Total Líquido			272.721.588,33	4.793.385,85	13.525.354,23	159.993.195,14	451.033.523,55		322.595.868,78	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	709.076,01	0,00	0,00	709.076,01
Cheques especiais e Conta Garantida	4.847.922,92	0,00	0,00	4.847.922,92
Empréstimos	44.044.263,75	118.862.262,20	101.924.169,45	264.830.695,40
Títulos Descontados	25.826.902,34	1.606.211,66	0,00	27.433.114,00
Financiamentos	1.631.882,46	4.054.057,72	8.295.123,80	13.981.063,98
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	10.346.898,46	64.251.429,43	87.397.406,36	161.995.734,25
TOTAL	87.406.945,94	188.773.961,01	197.616.699,61	473.797.606,56

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos /TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.318.081,87	77.697,37	0,00	3.395.779,24	1%
Setor Privado - Indústria	0,00	19.012,45	0,00	19.012,45	0%
Setor Privado - Serviços	92.643.223,77	5.840.462,65	0,00	98.483.686,42	21%
Pessoa Física	201.830.902,28	8.043.891,51	161.995.734,25	371.870.528,04	78%
Outros	28.600,41	0,00	0,00	28.600,41	0%
TOTAL	297.820.808,33	13.981.063,98	161.995.734,25	473.797.606,56	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	24.122.328,43	10.982.500,41
Constituições/ Reversões	15.152.329,88	26.928.710,20
Transferência para prejuízo	(16.510.575,30)	(13.788.882,18)
TOTAL	22.764.083,01	24.122.328,43

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	5.684.514,86	1,11%	8.616.251,95	2,30%
10 Maiores Devedores	33.016.902,32	6,47%	35.027.458,42	9,36%
50 Maiores Devedores	89.315.766,57	17,51%	83.020.636,78	22,20%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	27.060.396,19	13.765.261,60
Valor das operações transferidas no período	16.510.575,30	13.788.882,18
Saldo migrado de incorporação	0,00	4.647.366,53
Valor das operações recuperadas no período	(4.524.792,05)	(4.258.421,56)
Valor das operações baixadas por renegociação	(2.189.506,06)	(860.084,72)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(68.403,86)	(22.607,84)
TOTAL	36.788.269,52	27.060.396,19

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 23.328.930,71 (Vinte e três milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e trinta reais e setenta e um centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1. Avais e Fianças Honrados (a)	1.000.717,76	0,00	1.640.266,08	0,00
2. Rendas a Receber	910.332,78	0,00	924.288,01	0,00
Serviços prestados a receber (b)	499.701,95	0,00	441.129,98	0,00
Outras rendas a receber (c)	198.271,41	0,00	145.718,86	0,00
Rendimentos Centralização Financeira - Central (d)	212.359,42	0,00	337.439,17	0,00
3. Diversos	2.676.174,54	20.000,00	4.157.886,09	0,00

Adiantamentos e antecipações salariais	72.385,08	0,00	5.242,84	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (e)	46.793,70	0,00	290.723,33	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações (f)	505.609,04	0,00	1.946.291,71	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (g)	110.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Títulos e créditos a receber (h)	921.702,70	0,00	820.409,44	0,00
Devedores diversos – país (i)	1.019.684,02	0,00	1.068.161,43	0,00
Pagamentos a ressarcir	0,00	0,00	27.057,34	0,00
4. Devedores por depósitos em garantia (j)	19.572,31	0,00	10.913,00	0,00
5. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	1.077.669,06	0,00	477.404,01	0,00
Impostos e contribuições a compensar (k)	1.053.928,39	0,00	454.199,55	0,00
Imposto de renda a recuperar	23.740,67	0,00	23.204,46	0,00
6. (-) Provisões para outros créditos (l)	(833.674,31)	(100,00)	(1.216.768,99)	0,00
(-) Com características de concessão de crédito	(833.674,31)	(100,00)	(1.216.768,99)	0,00
TOTAL = 1+2+3+4+5+6	4.850.792,14	19.900,00	5.993.988,20	0,00

- a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual;
- b) Saldo de serviços prestados a receber, composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios firmados com órgãos governamentais;
- c) Refere-se a rendas a receber do INSS e de outros convênios;
- d) Composto substancialmente por rendas da centralização financeira a receber do SICOOB NORTE referente ao mês de dezembro/2020;
- e) Refere-se a adiantamentos de despesas de viagens e despesas diversas e fundo fixo;
- f) Refere-se a valores antecipados à fornecedores por conta de futura aquisição de bens do imobilizado;
- g) Nesta rubrica são registrados os valores referentes a venda de bens não de uso;
- h) Refere-se a valores a receber de cooperados com processos de sinistros (seguros), bem como tarifas e outros títulos e créditos a receber;
- i) Neste grupo de contas estão alocados substancialmente os valores de pendências a regularizar de curto prazo;
- j) Refere-se a valores de depósitos para interposição de recursos trabalhistas;
- k) Refere-se substancialmente a impostos e contribuições a compensar em exercícios futuros;
- l) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,50%	Normal	0,00	130.000,00	130.000,00	(650,00)	0,00	0,00
E	30%	Normal	84.389,06	0,00	84.389,06	(25.316,72)	239.588,49	(71.876,55)
E	30%	Vencidas	78.702,39	0,00	78.702,39	(23.610,72)	153.317,70	(45.995,31)
F	50%	Normal	1.427,01	0,00	1.427,01	(713,51)	65.058,32	(32.529,16)
F	50%	Vencidas	74.946,27	0,00	74.946,27	(37.473,14)	110.423,14	(55.211,57)
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	26.743,14	(18.720,20)
G	70%	Vencidas	50.809,41	0,00	50.809,41	(35.566,60)	175.664,04	(122.964,95)
H	100%	Normal	11.807,24	0,00	11.807,24	(11.807,24)	852,20	(852,20)
H	100%	Vencidas	698.636,38	0,00	698.636,38	(698.636,38)	868.619,05	(868.619,05)
Total Normal			97.623,31	130.000,00	227.623,31	(38.487,47)	332.242,15	(123.978,11)

Total Vencidos	903.094,45	0,00	903.094,45	(795.286,84)	1.308.023,93	(1.092.790,88)
Total Geral	1.000.717,76	130.000,00	1.130.717,76	(833.774,31)	1.640.266,08	(1.216.768,99)
Provisões	(833.674,31)	(100,00)	(833.774,31)		(1.216.768,99)	
Total Líquido	167.043,45	129.900,00	296.943,45		423.497,09	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	8.687.423,91	10.911.151,56
Material em Estoque	1.935,50	2.703,00
Despesas Antecipadas (b)	359.057,70	331.329,48
TOTAL	9.048.417,11	11.245.184,04

- a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;
- b) Nesta conta estão registradas as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, valores de processamento de dados e vale alimentação.

8. Investimentos

Representado substancialmente por quotas da Cooperativa no capital social da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - **SICOOB NORTE**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	17.500.101,00	8.000.802,00
Outros Investimentos	1.858,30	1.858,30
TOTAL	17.501.959,30	8.002.660,30

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		9.200,00	259.457,43
Terrenos		2.061.225,78	2.061.225,78
Edificações	4%	10.033.345,98	10.032.879,15
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.634.257,13)	(1.232.920,30)
Instalações	10%	4.043.924,10	3.134.084,02
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.074.146,90)	(692.594,88)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	5.137.779,24	4.204.585,29
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.895.409,17)	(1.418.258,83)
Sistema de Comunicação	20%	293.742,12	221.860,48
(-) Depreciação Acum. Sistema de Comunicação		(147.928,86)	0,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.451.572,15	3.689.051,95
(-) Depreciação Acum. Sistema de processamento de dados		(2.448.487,38)	0,00
Sistema de Segurança	10%	984.826,96	846.514,21

(-) Depreciação Acum. Sistema de Segurança		(646.442,41)	0,00
Sistema de Transporte	20%	605.204,83	527.704,83
(-) Depreciação Acum. Sistema de Transporte		(261.036,02)	0,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		0,00	(2.587.038,70)
Total de Imobilizado de Uso		27.620.821,16	24.977.363,14
(-) Total da Depreciação acumulada do Imobilizado		(8.107.707,87)	(5.930.812,71)
TOTAL LÍQUIDO DO IMOBILIZADO		19.513.113,29	19.046.550,43

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	251.034.974,40		114.004.472,58	
Depósito a Prazo	82.317.119,06	0,15	70.062.574,90	0,36
TOTAL	333.352.093,46		184.067.047,48	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.010.540,12	1,47%	8.063.955,45	4,03%
10 Maiores Depositantes	30.633.815,21	8,98%	25.290.633,16	12,64%
50 Maiores Depositantes	67.821.521,76	19,87%	55.117.354,05	27,54%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(777.997,06)	(2.059.877,51)	(2.056.615,72)	(4.159.558,24)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(84.214,66)	(237.507,85)	(230.502,93)	(408.254,15)

Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(233.266,79)	(397.290,37)	(139.585,79)	(260.895,34)
TOTAL	(1.095.478,51)	(2.694.675,73)	(2.426.704,44)	(4.828.707,73)

11. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

Composição da carteira em 31/12/2020 e 31/12/2019:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócios	8.535.482,36	9.379.841,81
TOTAL	8.535.482,36	9.379.841,81

- a) As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pela SICOOB AMAZÔNIA possuem remuneração entre 85% e 95% do CDI, com prazos de vencimentos que variam de 19/02/2021 a 23/09/2022, com prazo mínimo de carência de **90** dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.
- b) São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média	2º sem/19	31/12/2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(84.214,66)	(237.507,85)	0,15	(230.502,93)	(408.254,15)	0,33

12. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	73.022.567,78	90.430.214,12	74.255.019,04	66.033.160,66
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(3.030.671,08)	(7.955.285,37)	(2.854.586,81)	(6.851.050,06)
TOTAL	69.991.896,70	82.474.928,75	71.400.432,23	59.182.110,60

- a) O **SICOOB AMAZÔNIA** possui 1.245 contratos de empréstimos com o **BANCOOB** com prazos de vencimento entre 04/01/2021 e 03/05/2027 e taxas de juros entre 4,00% a.a. e 11,50% a.a. As despesas incorridas na remuneração dos repasses interfinanceiros nos exercícios de 2020 e 2019 foram respectivamente R\$ 8.843.818,10 e R\$ 7.295.990,55 e estão registradas na Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas com o título "Operações de Empréstimos e Repasses".

13. Relações Interdependências

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	3.503,12	2.081,76
TOTAL	3.503,12	2.081,76

- a) Refere-se a recursos de terceiros que estão com a cooperativa e são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	42.062,64	0,00	150.908,52	0,00
Sociais e Estatutárias	2.022.378,73	0,00	965.164,64	0,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	950.772,55	0,00	965.904,51	0,00
Diversos	9.198.692,53	22.768,84	14.365.153,24	159.315,36
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	0,00	101.985,83	0,00	102.948,14
TOTAL	12.213.906,45	124.754,67	16.447.130,91	262.263,50

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - IOF	3.116,86	124.401,12
Operações com Títulos e valores Mobiliários - IOF	242,91	0,00
Recebimento de Tributos Municipais	38.702,87	26.507,40
TOTAL	42.062,64	150.908,52

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	1.079.683,96	86.962,71
Cotas de Capital a Pagar (b)	942.694,77	878.201,93
TOTAL	2.022.378,73	965.164,64

- a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

- b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo, na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
ISSQN a recolher	28.533,60	23.495,70

INSS a recolher	19.166,86	13.951,30
IRRF a recolher	2.001,27	2.621,87
IRRF a recolher - pessoa física	8.903,37	6.887,98
PIS/COFINS/CSLL a recolher	11.959,60	10.729,98
IRRF a recolher	142.632,76	138.709,60
INSS a recolher	392.627,12	360.685,76
FGTS a recolher	119.884,74	112.877,57
PIS a recolher	18.144,23	16.520,60
Contribuição sindical a recolher	1.295,67	1.648,48
IRRF sobre aplicações financeiras	8.912,00	17.724,49
ISSQN a recolher	99.334,12	71.543,87
PIS faturamento a recolher	9.357,21	4.452,03
COFINS a recolher	60.929,43	30.730,17
IRRF sobre juros ao capital	27.090,57	153.325,11
TOTAL	950.772,55	965.904,51

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	962.028,95	0,00	8.063.693,01	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	37.129,91	0,00	28.621,75	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	1.989.565,51	0,00	390.406,52	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	2.998.076,95	0,00	2.305.180,31	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	845.837,12	22.768,84	1.471.867,91	159.315,36
Credores Diversos – País (e)	2.366.054,09	0,00	2.105.383,74	0,00
TOTAL	9.198.692,53	22.768,84	14.365.153,24	159.315,36

- a) Refere-se a cheques administrativos emitidos e não sacados pelos cooperados;
- b) Refere-se substancialmente a valores de créditos consignados a pagar e créditos em nome de terceiros a pagar (conta salário);
- c) Refere-se às provisões de obrigações a pagar relacionadas as despesas com pessoal e outras despesas administrativas;
- d) Refere-se às provisões para garantias financeiras prestadas, apuradas sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 42.005.956,92 (Quarenta e dois milhões, cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999;
- e) Este grupo de contas está composto substancialmente pelas pendências a regularizar de curto prazo e por cheques depositados e ainda não compensados.

14.5 Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Contingências Trabalhistas	0,00	29.500,00	0,00	57.994,28
Provisão Contingências Cíveis	0,00	72.485,83	0,00	44.953,86
TOTAL	0,00	101.985,83	0,00	102.948,14

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais (Nota 6)	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais (Nota 6)
Cíveis	72.485,83	0,00	44.953,86	0,00
Trabalhistas	29.500,00	19.572,31	57.994,28	10.913,16
TOTAL	101.985,83	19.572,31	102.948,14	10.913,16

- a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB AMAZONIA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.029.740,99 (Três milhões, vinte e nove mil, setecentos e quarenta reais e noventa e nove centavos). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas em um montante de R\$ 2.885.135,61 (Dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) e cíveis no montante de R\$ 144.605,38 (Cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinco reais e trinta e oito centavos), dentre os quais destaca-se um processo trabalhista de nº 0000807-83.2020.5.14.0008 no valor de R\$ 1.730.003,43 (Um milhão, setecentos e trinta mil, três reais e quarenta e três centavos).
- b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB AMAZÔNIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	103.309.884,55	102.570.504,63
Associados	27.506	21.719

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Fundo de Reserva totalizava, respectivamente R\$ 21.164.304,23 e R\$ 14.267.953,10.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13/06/2020, os cooperados deliberaram que as sobras líquidas apuradas no exercício de 2019, no valor de R\$ 643.605,14 (Seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinco reais e quatorze centavos) sejam destinadas 100% ao Fundo de Reservas da Cooperativa.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício encerrado em 31/12/2020 terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	23.635.645,04	7.852.830,24
Juros ao Capital	(2.793.158,42)	(5.690.816,98)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Resultado da incorporação no exercício	0,00	(1.171.851,50)
1. Sobras líquida, base de cálculo das destinações (Ajustadas)	20.842.486,62	990.161,76
2. Destinações estatutárias	(7.294.870,32)	(346.556,62)
Reserva legal - 30%	(6.252.745,99)	(297.048,53)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.042.124,33)	(49.508,09)
Sobra líquidas do Exercício após as Destinações = 1+2	13.547.616,30	643.605,14

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	8.643.577,41	14.226.832,58	5.211.687,24	9.309.261,11
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.288.967,89)	(2.213.969,15)	(934.870,46)	(1.727.908,65)
Desp. apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.915.007,68)	(5.090.066,05)	(2.033.707,38)	(3.386.024,85)
Resultado operacional	4.439.601,84	6.922.797,38	2.243.109,40	4.195.327,61
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(3.053.858,10)	(3.497.416,20)	(612.233,11)	(588.912,56)
Lucro antes do imposto de renda e da Contrib. social	1.385.743,74	3.425.381,18	1.630.876,29	3.606.415,05
Imposto de Renda e Contribuição Social	(217.796,53)	(217.796,53)	84.890,67	(301.638,19)

Resultado de atos não cooperativos antes das exclusões	1.167.947,21	3.207.584,65	1.715.766,96	3.304.776,86
(-) total das exclusões	(8.251.322,33)	(8.251.322,33)	(5.409.979,11)	(5.409.979,11)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(7.083.375,12)	(5.043.737,68)	(3.694.212,15)	(2.105.202,25)

18. Provisão de Juros ao Capital

Visando remunerar o capital do associado, em 31/12/2020, a Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 2.793.158,42 (Dois milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos). Em 2019 o valor pago foi de R\$ 5.690.816,98 (Cinco milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos). Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	740.760,75	1.378.052,84	841.741,42	1.651.244,20
Rendas De Empréstimos	21.350.000,91	39.946.844,09	16.963.397,50	31.369.009,19
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	2.990.404,64	7.187.762,76	4.652.719,51	9.880.922,75
Rendas De Financiamentos	813.643,97	1.488.609,78	725.511,45	1.474.643,47
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	928.536,81	2.839.145,63	2.205.601,07	5.016.834,37
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	2.465.579,90	5.220.683,74	814.342,94	1.643.386,39
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	2.447.470,48	4.202.776,90	2.152.598,87	4.322.891,41
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	50.830,09	393.303,20	272.993,63	467.559,72
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,00	1,60	0,00	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	4.938.447,31	6.861.806,63	3.714.248,37	5.158.099,32
TOTAL	36.725.674,86	69.518.987,17	32.343.154,76	60.984.590,82

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(1.095.478,51)	(2.694.675,73)	(2.426.704,44)	(4.828.707,73)
Despesas e Obrig. por Empréstimos e Repasses	(4.301.951,27)	(8.843.818,10)	(3.862.618,45)	(7.295.990,55)
Reversão de prov. Operação de crédt. Liq. Duvidosa	9.466.041,89	15.787.583,19	9.265.142,29	19.577.895,92
Reversão de prov. outros créditos. Liq. Duvidosa	286.752,58	441.659,51	140.331,79	1.020.020,20
Provisões para Operações de Crédito	(14.481.687,53)	(29.335.141,62)	(18.112.486,62)	(38.846.910,66)
Provisões para Outros Créditos	(490.756,89)	(1.662.685,28)	(837.594,07)	(2.110.508,71)
TOTAL	(10.617.079,73)	(26.307.078,03)	(15.833.929,50)	(32.484.201,53)

21. Receitas (Ingressos) de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	458.985,39	828.529,89	438.442,98	793.956,00
Rendas de outros serviços	8.650.975,44	14.030.219,08	5.167.905,58	8.520.712,32
Rendas de Garantias Prestadas	4.000,00	5.500,00	2.500,00	2.500,00
TOTAL	9.113.960,83	14.864.248,97	5.608.848,56	9.317.168,32

22. Rendas (Ingressos) de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.200.282,90	2.310.913,90	1.082.624,24	2.026.088,74
Rendas de Serviços Prioritários - PF	587.881,80	1.117.429,90	490.715,80	894.718,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	32.481,55	71.663,09	67.903,49	175.012,61
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.030.949,54	1.994.033,05	1.009.463,07	1.769.825,61
TOTAL	2.851.595,79	5.494.039,94	2.650.706,60	4.865.644,96

23. Despesas (Dispêndios) de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas Conselho Fiscal	(102.170,25)	(175.732,83)	(73.903,92)	(143.803,92)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselheiros	(954.251,90)	(1.991.425,96)	(953.879,12)	(1.770.876,93)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.687.247,42)	(3.399.816,56)	(1.655.892,63)	(2.992.439,08)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.354.821,63)	(4.521.391,74)	(2.177.275,72)	(4.061.725,46)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.120.842,04)	(11.869.174,06)	(6.119.287,36)	(11.015.708,64)
Despesas De Pessoal - Treinamento	(77.923,45)	(89.445,50)	(63.516,89)	(166.643,23)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(5.134,80)	(10.573,35)	(14.010,01)	(25.111,90)
TOTAL	(11.302.391,49)	(22.057.560,00)	(11.057.765,65)	(20.176.309,16)

24. Despesas (dispêndios) administrativas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(432.330,05)	(794.464,19)	(413.651,01)	(730.851,06)
Despesas de Aluguéis	(798.756,88)	(1.588.467,25)	(814.962,62)	(1.569.625,84)
Despesas de Comunicações	(560.308,69)	(1.067.975,26)	(512.597,87)	(895.241,14)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(295.719,05)	(687.598,61)	(314.995,69)	(525.232,09)
Despesas de Material	(161.387,72)	(366.718,29)	(186.464,83)	(346.687,77)
Despesas de Processamento de Dados	(773.123,01)	(1.607.498,73)	(618.437,19)	(1.170.684,04)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(328.224,21)	(529.861,03)	(309.075,74)	(826.005,76)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(221.552,24)	(427.446,33)	(324.246,21)	(585.195,10)
Despesas de Publicações	(17.080,00)	(17.080,00)	(2.790,64)	(12.150,64)
Despesas de Seguros	(234.891,16)	(445.779,16)	(179.690,66)	(353.910,07)

Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.003.228,17)	(3.600.332,94)	(1.625.088,52)	(2.980.909,14)
Despesas de Serviços de Terceiros	(604.305,21)	(1.023.186,45)	(355.183,90)	(593.755,77)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(484.845,59)	(957.701,24)	(690.048,38)	(1.098.745,04)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(450.835,24)	(852.645,83)	(515.318,70)	(887.557,63)
Despesas de Transporte	(629.144,74)	(1.725.434,08)	(867.438,09)	(1.408.970,76)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(613,00)	(8.572,94)	(16.989,33)
Despesas de Viagem no País	(44.851,86)	(117.123,04)	(153.974,20)	(317.789,63)
Despesas de Amortização	(15.328,92)	(24.722,79)	(12.972,58)	(31.955,68)
Despesas de Depreciação	(1.164.010,71)	(2.217.640,28)	(852.120,99)	(1.545.289,54)
Outras Despesas Administrativas	(626.038,82)	(1.251.914,91)	(733.157,63)	(1.343.796,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(194.455,75)	(342.698,63)	(231.447,86)	(469.581,95)
Contribuição a OCE	0,00	0,00	(105,23)	(307,32)
Rateio de despesas da Central	(549.367,84)	(1.346.749,77)	(747.773,75)	(1.543.728,35)
Rateio de despesa do Sicoob	0,00	0,00	0,00	(66.290,80)
TOTAL	(10.589.785,86)	(20.993.651,81)	(10.470.115,23)	(19.321.250,45)

25. Despesas (Dispêndios)Tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas Tributárias	(91.803,90)	(181.364,20)	(227.450,43)	(295.353,56)
Disp. Imp. S/Serviços Qualquer Natureza - ISSQN	(432.234,59)	(714.247,30)	(260.724,71)	(498.048,07)
Despesas De Contribuição Ao COFINS	(345.743,09)	(569.073,29)	(208.467,49)	(372.370,45)
Despesas De Contribuição Ao PIS/PASEP	(116.090,55)	(208.055,41)	(92.334,68)	(166.464,86)
TOTAL	(985.872,13)	(1.672.740,20)	(788.977,31)	(1.332.236,94)

26. Outras receitas (Ingressos) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	731.724,72	890.734,82	18.918,69	93.289,65
Deduções e abatimentos	11.484,46	66.352,83	24.788,18	146.245,95
Distribuição de sobras da central	135.948,51	1.217.908,51	0,00	0,00
Rendas de repasses Del Credere	60.021,25	122.162,38	65.080,99	151.036,30
Outras rendas operacionais	67.353,18	81.550,16	77.397,49	77.397,49
Rendas oriundas de cartões de crédito	2.289.376,47	4.738.034,71	2.312.138,65	4.477.630,15
TOTAL	3.295.908,59	7.116.743,41	2.498.324,00	4.945.599,54

27. Outras despesas (Dispêndios) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(167.657,96)	(203.294,52)	(45.040,54)	(50.062,60)
Outras Despesas Operacionais	(741.174,23)	(1.220.679,73)	(641.561,89)	(1.038.258,55)
Descontos concedidos - operações de crédito	(34.437,96)	(38.407,98)	(361.328,03)	(410.359,97)

Cancelamento - tarifas pendentes	(375.046,69)	(711.959,87)	(336.139,10)	(602.779,50)
TOTAL	(1.318.316,84)	(2.174.342,10)	(1.384.069,56)	(2.101.460,62)

28. Despesas (Dispêndios) de Provisões Passivas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Prov. Passivos Contingentes - Cíveis/Trabalhistas	(7.000,00)	(106.386,45)	0,00	(1.200,00)
Prov. para Garantias Prestadas	51.124,47	762.577,31	(502.142,72)	(596.114,41)
TOTAL	44.124,47	656.190,86	(502.142,72)	(597.314,41)

29. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Receitas	69.592,47	320.690,59	54.567,52	117.053,16
Ganhos de Capital	63.592,47	314.690,59	41.700,25	97.291,95
Ganhos de Aluguéis	6.000,00	6.000,00	2.800,00	4.900,00
Outras Rendas não Operacionais	0,00	0,00	10.067,27	14.861,21
Outras Despesas	(46.112,01)	(635.834,90)	(223.511,81)	(262.676,90)
(-) Perdas de Capital	(46.112,01)	(635.834,90)	(126.982,99)	(153.281,03)
(-) Outras Despesas não Operacionais	0,00	0,00	(96.528,82)	(109.395,87)
Outras Despesas/Receitas de Provisões	(3.077.338,56)	(3.182.271,89)	(443.288,82)	(443.288,82)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(3.077.338,56)	(3.182.271,89)	(443.288,82)	(443.288,82)
Resultado Líquido	(3.053.858,10)	(3.497.416,20)	(612.233,11)	(588.912,56)

30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

(a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	23.773.673,19	2,30%	235.430,78
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	398.772,57	0,04%	4.629,26
TOTAL	24.172.445,76	2,34%	240.060,04
Montante das Operações Passivas	1.654.458,14	1,15%	

(b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	511,58	4,04	0,02%
Conta Garantida	636,34	18,33	0,02%
Direitos Creditórios Descontados	8.177.926,26	175.366,46	5,05%
Empréstimos	8.364.791,48	245.092,74	3,16%
Financiamentos	1.349.559,58	10.288,62	9,65%
Financiamentos Rurais	118.825,38	827,92	0,43%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	6.229.111,35	2,50%	0%
Depósitos a Prazo	1.541.070,58	1,87%	0,18%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	100.490,78	1,18%	0,16%

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,10%
Empréstimos	1,08%
Financiamentos Rurais - repasses	1,12%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	103,42%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,16%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	2,15%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,19%
Crédito Rural (modalidades)	0,40%
Aplicações Financeiras	1,15%

(d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificações, FGTS e custeio à Previdência Social, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários da Diretoria	770.509,40	1.619.061,46	785.829,56	1.474.943,22
Cédulas de Presença do conselho de Adm.	183.742,50	372.364,50	168.049,56	283.549,56
Gratificações da Diretoria	0,00	0,00	0,00	12.384,15
F.G.T.S. / Diretoria	44.543,91	95.811,38	32.736,68	32.736,68
Encargos Previdenciários	210.449,06	431.801,01	192.399,70	369.625,69
TOTAL	1.209.244,87	2.519.038,35	1.179.015,50	2.173.239,30

- e) No decorrer do exercício de 2020 houve aquisições no montante de R\$ 33.388,63 (trinta e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos) por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação de pagamento de dívida.

31. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZONIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB AMAZÔNIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB NORTE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

32. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

32.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

32.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

32.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

32.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.



O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

33. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	500.180.290,08	363.792.052,57
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	131.496.698,92	112.753.448,38
Índice de Basileia %	26,29%	30,99%
Razão de Alavancagem (RA) %	18,47%	22,13%
Índice de imobilização %	14,84%	16,89%

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito da Amazônia - Sicoob Amazônia

Buritis - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito da Amazônia - Sicoob Amazônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Amazônia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

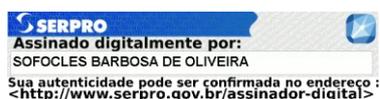
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 26 de março de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804